



**MESTRES DA UFRJ**  
Professora Samira Mesquita é a primeira personagem da série de matérias que homenageia os professores

**Página 8**

## NUPEM, 25 ANOS DE VITÓRIA DA UNIVERSIDADE

Páginas 6 e 7



# GOVERNO PROTEGE ELITE DO FUNCIONALISMO E PERSEGUE MAIORIA DOS SERVIDORES

O impacto do pacote fiscal é dramático para as universidades e cruel com o funcionalismo público, alertam pesquisadores ouvidos pelo Jornal da AdUFRJ. As medidas que permitem o corte de salários, impedem progressões e vetam reajustes atingem a maioria dos servidores, inclusive os professores universitários. O ministro Paulo Guedes, no entanto, poupa a elite dos três poderes. Estão fora da PEC os magistrados, os procuradores, os militares e policiais. “A universidade caminha na direção de um escolão”, criticou o vice-reitor da UFRJ, professor Carlos Frederico Leão Rocha. **Página 3**

## Professores se mobilizam contra cortes sucessivos

Primeira reunião do Conselho de Representantes definiu atividades de defesa das progressões múltiplas. **Páginas 4 e 5**



ERNESTO CARRIÇO

## EDITORIAL

## SERVIDORES DE UM BRASIL À BEIRA DO COLAPSO

## DIRETORIA

Não é de hoje que a própria essência do serviço público está sob ataque, mas na última semana tivemos o anúncio do que talvez seja a maior ameaça desde a redemocratização. O ministro Paulo Guedes apresentou ao Senado nada menos do que três propostas de emenda constitucional (PECs) com o objetivo de reformar drasticamente o Estado Brasileiro. No âmbito específico do serviço público federal, o projeto mais preocupante é a chamada PEC emergencial. Se aprovada, tal PEC instituirá um gatilho que simplesmente congelará o serviço público: suspenderá contratações e progressões, proibirá a criação de cargos, paralisará linhas de financiamento, entre outros. Não é preciso ser um gênio para entender que, draconiano como está, tal projeto pode levar o serviço público ao colapso. Fica então a pergunta: a quem interessa um Estado que não serve aos seus cidadãos? O Brasil é hoje um país, que, apesar de todos

os pesares (e não são poucos), tenta garantir um bem estar mínimo para sua população. Existe um sistema nacional de saúde, assim como uma rede educacional básica e superior, totalmente gratuitos. Existem benefícios sociais aos muito pobres, e possibilidade – ainda que precária – de aposentadoria. Graças a isso, não temos os índices de mortalidade infantil da Nigéria, ou de analfabetismo do Paquistão. Pois bem, **todo** o funcionamento desse sistema depende das **pessoas** que lá trabalham. O INCA não caiu do céu, a UFRJ não brotou do chão. Essas e tantas outras entidades são resultado do árduo e comprometido trabalho de seus servidores, que assim nos servem a todos.

Ou seja, voltando à pergunta colocada anteriormente, mas enfatizando a negativa: com toda a certeza, **não** interessa à população brasileira em geral que o **seu** serviço público acabe, ainda que isso beneficie alguns poucos. Isso não quer dizer que está tudo uma maravilha (longe disso), mas se nós nos desenvolvemos alguma coisa nos últimos 80 anos, foi com o apoio imprescindível dos servidores do Brasil.



## DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA E A LEI DAS COTAS RACIAIS

Um "Pequeno Guia de Cotas Sociais e Raciais" foi organizado pelo Observatório do Conhecimento. A publicação explica o que é a lei de cotas, derruba mitos sobre o tema e faz um balanço de seu impacto. Dados da Andifes mostram que a partir de 2014, o percentual de estudantes negros nas universidades federais se aproxima do total de negros no país. Em 2003, apenas 34% dos estudantes eram negros. Em 2014, eles passaram a 47%. O país tem 54% de negros em sua população.

## AGENDA

27/11  
13H30

ASSEMBLEIA GERAL DA ADUFRJ. LOCAL SERÁ INFORMADO POSTERIORMENTE.

## IMAGENS DA SEMANA

REPRODUÇÃO



SEM FUTURO mais uma criança morre por bala perdida no Rio

## LULA, PATRICIA E KETELLEN: DIFERENTES VÍTIMAS DO ÓDIO NA AMÉRICA LATINA

Os 580 dias de cárcere do ex-presidente Lula terminaram na sexta-feira, 8, com um discurso forte contra o que ele chamou de "o governo dos milicianos" e a política econômica de Guedes. No mesmo final de semana, o mundo assistiu ao golpe de Estado na Bolívia. A prefeita Patricia Arce, apoiadora de Evo Morales, foi sequestrada e humilhada. O ódio não deu espaço à alegria. Aos 5 anos, Ketellen Gomes morreu na quarta-feira, em Realengo, vítima de bala perdida durante uma execução.



RICARDO STUCKERT/09/11/2019

LULA no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, recebido pela militância depois de 580 dias preso



REPRODUÇÃO

HUMILHAÇÃO Patricia Arce, prefeita de Vinto e apoiadora de Evo Morales, foi agredida pelos golpistas

## Pacotaço transforma universidade em "escolão"

>Propostas de Paulo Guedes enfraquecem o regime de Dedicção Exclusiva e colocam em xeque o tripé ensino-pesquisa-extensão. Juizes, procuradores e militares estão fora do pacote

ANA PAULA GRABOIS  
anapaula@adufjr.org.br

As propostas do governo Bolsonaro apresentadas na semana passada ao Congresso, caso aprovadas, terão como resultado a drástica redução da qualidade da universidade pública. É o que preveem representantes de diversos segmentos do ensino superior.

A PEC da Emergência Fiscal estabelece a redução dos salários em até 25% em caso de risco de déficit orçamentário da União. Também proíbe a realização de concurso, reajuste salarial, progressão e promoção na carreira do servidor público, com exceção de juizes, procuradores do Ministério Público, diplomatas e policiais.

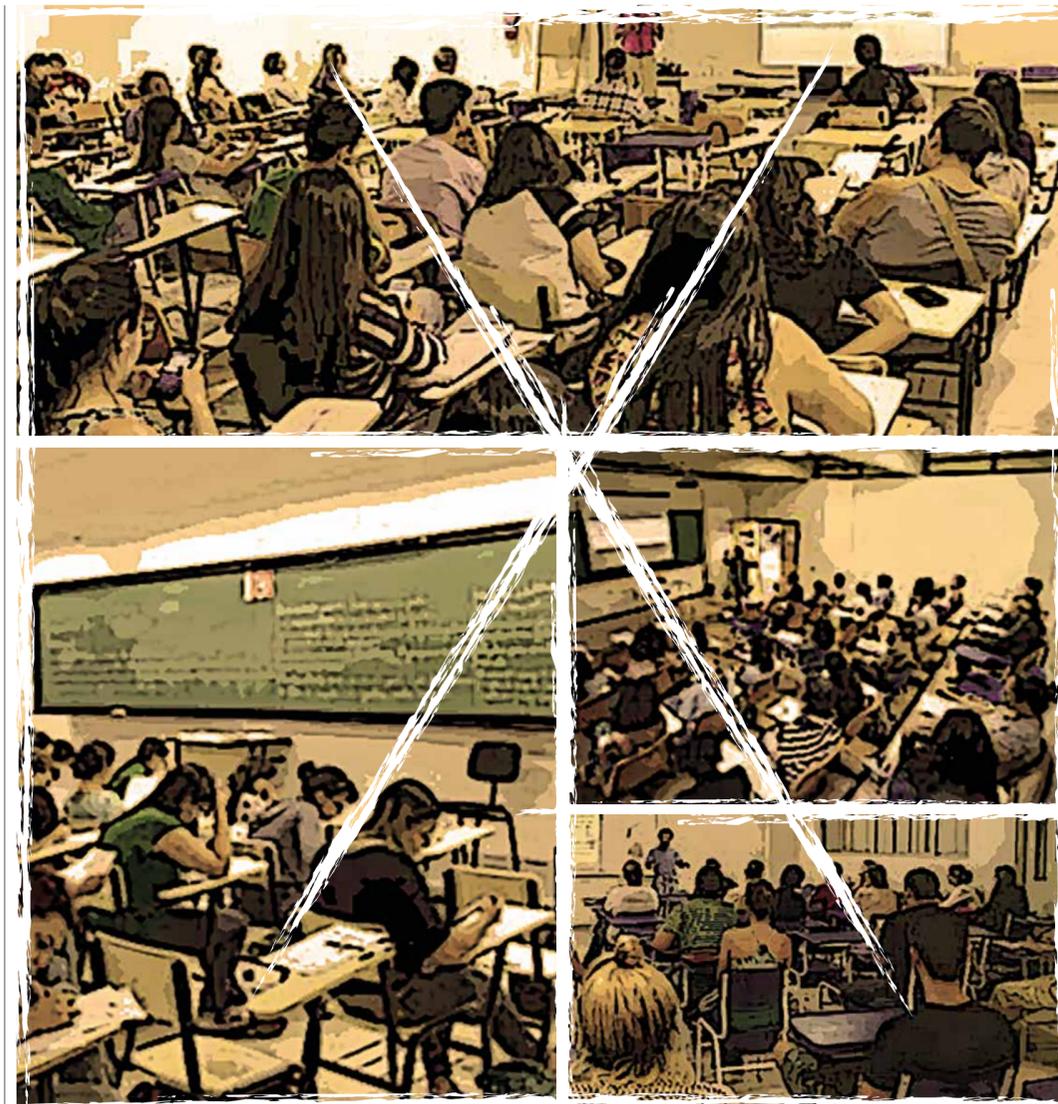
Para o vice-reitor da UFRJ, professor Carlos Frederico Leão Rocha, se a medida não poupar os professores universitários com Dedicção Exclusiva, e adotar o sistema de docentes horistas, "a universidade caminha na direção de um escolão".

"Não sabemos se a PEC atinge o docente DE. Se isso acontecer, o prejuízo para a universidade é total. Isso tem um impacto grande não só para a universidade, para o ensino e pesquisa, mas para o país". Segundo o vice-reitor, pode ser o fim da universidade-pesquisa. "O impacto sobre a produção de ciência vai ser grande. Na universidade, ensino e pesquisa são indissociáveis", disse.

Na avaliação do professor emérito da Unicamp da área de Educação Dermeval Saviani, as PECs e as reformas recentemente aprovadas são "um golpe contra a educação e a universidade". "Temos que nos organizar com todas as entidades da educação, sindicais e científicas. Temos que nos articular com movimentos sociais, tanto com mobilização nas ruas como pelas vias institucionais, no Congresso".

O economista João Sicsú, do Instituto de Economia da UFRJ, destacou o efeito negativo das PECs sobre a economia. "Se servidores vão ganhar menos ou não vão ter aumento, a economia terá menor consumo, menor produção e não haverá investimento nem arrecadação de tributos. A economia vai desanimar ainda mais. O corte de gastos do governo vai promover queda de suas receitas". Para Rosa, é para a coordenadora geral do Sintufjr, Neuzia Luzia Pinto,

para a coordenadora geral do Sintufjr, Neuzia Luzia Pinto,



a partir das PECs, o governo Bolsonaro "tenta transformar a universidade em um escolão bem precário". "A qualidade vai cair e, assim, o governo vai justificar a continuidade de cortes de verbas."

Para o vice-presidente da AdUFRJ, Felipe Rosa, as três PECs são vistas com muita preocupação. "A PEC da Emergência Fiscal tem que ser pensada de forma mais completa. O governo deve ter racionalidade nos gastos, mas a PEC vem em um contexto de vilanização do serviço público sem precedentes, como se os servidores fossem imprestáveis quando muita coisa no Brasil só anda por conta do serviço público e uma delas é a universidade pública, o conhecimento brasileiro". Para Rosa, é

preciso atuar em conjunto com outras categorias do funcio-

nalismo de forma consistente no Congresso, uma vez que o governo tem pressa em aprovar as propostas. "É preciso, no mínimo, reconsiderar as PECs para que essa reforma não seja tão draconiana", disse.

## DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

A coordenadora geral do Sintufjr defende um movimento urgente entre docentes, técnicos, estudantes e administração da UFRJ que envolva os deputados federais da bancada do Rio, chamando a atenção da sociedade. "Devemos levantar como a instituição vai sofrer com todos os parlamentares do Rio, que têm responsabilidade nessa votação", afirmou.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, já declarou que planeja contratar professores e técnicos via CLT, sem

passar pelo Regime Jurídico Único. Nada foi especificado sobre servidores com Dedicção Exclusiva nas propostas recentes, pois para reduzir salário e carga horária, seria necessário alterar o plano de carreira do funcionalismo. A mudança pode estar incluída na reforma administrativa a ser anunciada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Para o presidente do Andes, professor Antônio Gonçalves, as PECs, aliadas ao projeto do Future-se e ao que se sabe da reforma administrativa, criam um ambiente para flexibilizar a contratação nas universidades federais via CLT, permitir a demissão e acabar com a estabilidade. Gonçalves avalia tratar-se de um momento muito grave de aprofundamento do ataque aos servidores e à educação.

"O governo não enxerga a educação como um direito e, sim, como um serviço a ser prestado pelo setor privado", afirmou Gonçalves, que prevê a piora dos serviços públicos em geral se as propostas do governo forem aprovadas no Legislativo. "As consequências são desastrosas. O professor não vai progredir na carreira, vai haver o enfraquecimento da DE", disse.

Na sua avaliação, o professor vai procurar outros lugares para trabalhar e compensar o corte na renda. Gonçalves não descarta a necessidade de uma greve articulada entre diversas entidades. "É bem provável que Andes, Fasubra, movimento estudantil e Sinasefe organizem uma greve para 2020. É a nossa perspectiva, talvez se torne necessário diante da conjuntura", disse.

# MOBILIZAÇÃO: A MELHOR FORMA DE REAGIR

A onda de ataques à universidade entrou em ritmo de tsunami, com uma série de medidas que alteram desde o orçamento até o salário e a aposentadoria dos docentes e técnicos. Na UFRJ, as adversidades externas se somam a duas ameaças de cortes imediatos nos vencimentos dos professores – o fim das progressões múltiplas e a retirada dos 26,05%. “Contra tamanhas aberrações só há um remédio: a mobilização. Temos que ficar atentos, informados e fortes”, resume a presidente da AdUFRJ, Eleonora Ziller.

## Protesto no Consuni pelas progressões

KELVIN MELO  
kelvin@adufrrj.org.br

A AdUFRJ vai solicitar formalmente ao Conselho Universitário a imediata continuidade dos processos de progressão já apresentados (ou que serão apresentados) pelos professores. A medida foi apresentada e discutida no Conselho de Representantes da Seção Sindical realizado no dia 13, no Centro de Tecnologia.

Um ofício conjunto da reitoria e da Comissão Permanente de Pessoal Docente solicita a suspensão dos processos de progressão múltipla desde 1º de outubro até que o Conselho Universitário delibere sobre o tema. O motivo é uma interpretação da Advocacia-Geral da União contrária ao dispositivo.

O problema é que o colegiado só deve voltar ao tema na sessão de 28 de novembro. A Comissão de Legislação e Normas do colegiado ainda não produziu um parecer para votação do plenário. Enquanto isso, um grande número de professores está com

suas vidas funcionais paralisadas. “A maior tensão agora é a suspensão desses processos. Não se pode impedir o professor de abrir o processo”, disse a presidente da AdUFRJ, Eleonora Ziller.

No debate do Conselho de Representantes, os professores estavam indignados com a possibilidade de perda do direito: “Uma interpretação da AGU não pode revogar uma lei”, afirmou a professora Luciana Boiteux, da Faculdade Nacional de Direito. “O que está valendo é o que sempre valeu. Não estamos lidando com nenhum privilégio. Precisamos criar uma campanha para estarmos presentes ao Consuni”, reforçou a professora Fernanda Vieira, do NEPP-DH.

Ao mesmo tempo em que se busca a retomada da tramitação dos processos, a AdUFRJ procura uma solução negociada para o problema. “Não podemos partir para o tudo ou nada”, ponderou o professor Pedro Lagerblad, da diretoria. “A judicialização é sempre um risco”, completou Eleonora, enfatizando que uma ação judicial não está descartada.

### REUNIÃO DO DIA 8

Mais de trinta docentes de diferentes unidades da universidade passaram pela segunda reunião organizada pela AdUFRJ para discutir o direito às progressões, dia 8, na Faculdade de Letras. E, novamente, muitos deles mostraram que não aceitam perder o reconhecimento por vários anos de trabalho. “Não vou me desculpar por (ter solicitado) cinco progressões. Não tenho tempo para esperar, vou me aposentar. Estou vendo minha aposentadoria ser sequestrada”, desabafou a professora Ana Maria Gadelha Amora, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

A assessoria jurídica da Seção Sindical tirou dúvidas coletivas durante o encontro. Para a advogada Ana Luisa Palmisciano, três fatores jogam a favor dos docentes da UFRJ: a legislação vigente, a resolução interna da universidade, de 2014, e sentenças judiciais favoráveis em outras universidades federais. **(colaborou Elisa Monteiro)**

FERNANDO SOUZA



REUNIÃO DO DIA 8 Docentes estão indignados com a possibilidade de perda das progressões múltiplas



ERNESTO CARRICO

## ADUFRJ ACOLHE PROFESSORES SUBSTITUTOS

ELISA MONTEIRO  
elisamonteiro@adufrrj.org.br

Os professores substitutos são fundamentais para o funcionamento da UFRJ, mas também representam a face mais desprotegida do quadro docente da universidade. Para escutar as dificuldades enfrentadas pelos profissionais e traçar uma agenda de debates sobre o tema, a AdUFRJ promoveu reunião exclusiva com os substitutos, dia 12, na Faculdade de Letras. A Seção Sindical não cobra mensalidades de professores temporários.

A universidade hoje conta com 621 professores temporários, sendo 167 no Centro de Ciências da Saúde, segundo a reitoria. “Embora seja um vínculo transitório, dois anos é tempo suficiente para ter garantida uma participação adequada na vida da universidade”, destacou a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller, durante o encontro. “Por um lado, sabemos que há uma precariedade; por outro, a universidade representa também uma experiência profissional incrível”, concluiu.

Mais de vinte professores participaram da reunião com a AdUFRJ. A maioria defendeu mais planejamento e transparência dos processos seletivos. O encontro atraiu representantes de 13 uni-

des da UFRJ de diversos cursos. O contraste entre os reduzidos direitos e o excesso de cobranças concentrou as críticas dos substitutos. Uma comissão foi formada para esboçar uma proposta de agenda de discussões para 2020.

Bruna Brasil terminou o mestrado em julho. Em setembro, começou a dar aulas como professora substituta na Faculdade de Letras. Como o aspecto mais positivo, destaca a experiência com alunos e colegas. De negativo, cita a falta de reconhecimento: “O professor substituto tem uma cobrança muito grande, mas sem ter talvez o mesmo respeito que o professor efetivo. Isso tanto pelos alunos quanto pela instituição”, lamentou.

“Meu contrato coincidiu com o início do semestre letivo, como se eu não tivesse que preparar as aulas”, criticou Rafael de Almeida Semêdo, também da Faculdade de Letras. Já Nobu Chinen, da ECO, destaca a importância de fazer pesquisas. “Na universidade pública, temos muito mais respaldo para desenvolver pesquisas”, diz o docente, com formação em publicidade e longa trajetória profissional.

“Essa reunião foi muito positiva porque houve uma interação, uma troca de saberes e um consenso nas demandas dos docentes”, avalia a diretora da AdUFRJ, Christine Ruta. “Estamos preparando um seminário com e para os substitutos”.

# Conselho prepara ações em defesa dos docentes e da UFRJ



KELVIN MELO  
kelvin@adufrrj.org.br

Progressões, plano de saúde, política de formação de professores, projeto Viva UFRJ e planejamento das ações da Adufrrj para o próximo período. O primeiro Conselho de Representantes da gestão 2019-2021, realizado dia 13, no Centro de Tecnologia, discutiu um pouco de tudo.

O calendário começa com uma assembleia geral em 27 de novembro. A reunião vai abordar uma proposta de estado de greve feita pelo Andes, a partir do início do primeiro semestre letivo de 2020. O encontro também vai votar a delegação da AdUFRJ para o próximo Congresso do Sindicato Nacional, em São Paulo, entre os dias 4 e 8 de fevereiro. E já que o Consuni do dia 28 deve discutir progressões, é possível que a assembleia também discuta o tema.

Foram agendadas reuniões do Conselho de Representantes para 12 de dezembro, 17 de março e 3 de junho. “É importante fazer essa previsão com bastante antecedência para que as pessoas possam se preparar. Para que as reuniões do Conselho se tornem as opções prioritárias dos conselheiros”, disse a pre-



ERNESTO CARRICO

PRIMEIRA reunião do Conselho de Representantes da atual gestão atraiu um bom número de professores

sidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller. “Não quer dizer que serão os únicos encontros. Seriam uma referência para o trabalho”, completou.

A professora Cláudia Piccini, da Faculdade de Educação, solicitou que a Seção Sindical prepare um debate sobre a política de formação de professores. Segundo ela, o Conselho Nacional de Educação aprovou uma resolução no dia 7 que impacta todas as licenciaturas da universidade. “É preciso que os professores compreendam o que vem pela frente”, disse Cláudia.

Eleonora respondeu que po-

deria ser formado um grupo de trabalho sobre o tema. Durante o Conselho, foi elaborada uma lista com os grupos de trabalho que fortaleceriam a atuação da diretoria da Seção Sindical, abertos à participação de todos os docentes.

### VIVA UFRJ EM DEBATE

A contribuição dos professores para o debate sobre o projeto Viva UFRJ – voltado para o aproveitamento econômico dos ativos imobiliários ociosos da universidade – também mobilizou o Conselho de Representantes. Dia 20 deste mês é o prazo

previsto para o consórcio contratado pelo BNDES apresentar uma proposta para a comissão executiva que assessora a reitoria na iniciativa. Em seguida, o texto será submetido à discussão do Consuni e do Conselho de Curadores da instituição. “Queremos organizar um seminário sobre o projeto e garantir um posicionamento da reitoria quanto à metodologia de debate no Consuni”, esclareceu a presidente da AdUFRJ.

Muitos conselheiros demonstraram dúvidas em relação ao Viva UFRJ. “Circulou o boato de que seria votado no Consuni em

dezembro. As pessoas na Praia Vermelha estão muito assustadas”, disse Luciana Boiteux, da Faculdade de Direito.

Rodrigo Volcan, do Instituto de Química, observou que não é uma questão trivial para o futuro da universidade: “Estamos falando de cessões por até 50 anos. É muito tempo. A decisão do Consuni deveria ser amparada por um bom debate e por uma votação da comunidade universitária”, afirmou.

Fernando Rochinha, da Coppe e representante dos Titulares do Centro de Tecnologia no Consuni, informou que existe um link do projeto Viva UFRJ no site da universidade, com muitas informações. Rochinha tranquilizou sobre a chance de uma decisão apressada sobre o tema: “Não vejo nada acontecendo antes de março do ano que vem”.

### PLANO DE SAÚDE

No Conselho, a professora Christine Ruta também informou que a diretoria da AdUFRJ procura um plano de saúde melhor para os sindicalizados. As informações sobre o atual, conveniado com a Sul América, podem ser encontradas no site da associação. Os interessados podem conferir a tabela de preços e a rede hospitalar e laboratorial.

## REITORIA VAI SUSPENDER OS 26,05%. ADUFRJ RECORRE

■ A reitoria vai suspender o pagamento do ganho judicial dos 26,05% no início de janeiro. A justificativa é atender a uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Em comunicado enviado à reportagem, a Administração Central trata o corte como “suspensão temporária”. E diz ter determinado à Procuradoria da UFRJ uma revisão do parecer da Procuradoria Geral Federal que impõe o fim do pagamento do percentual. “É a forma de recorrer da decisão”, informa o vice-reitor, professor Carlos Frederico Leão Rocha.

A assessoria jurídica da AdUFRJ esclarece que recorreu e vai continuar recorrendo a todas as instâncias para preservar o ganho dos docentes. Já foi apresentado recurso administrativo que questiona a interpretação favorável ao corte. Os 26,05%, recebidos pelos que ingressaram na UFRJ até 2006, são resultantes de uma ação antiga da AdUFRJ. O Plano Verão de 1989 congelou os preços e salários e extinguiu o reajuste baseado na variação da unidade de referência de preços (URP).

A consequência foi a retirada dos 26,05% dos salários. Diversos sindicatos, entre eles a AdUFRJ, entraram com ações na Justiça para recuperar o valor. Em 1993, a Seção Sindical obteve decisão favorável na Justiça do Trabalho. Mas o governo tenta suprimir o valor há anos, alegando que já foi absorvido por ganhos posteriores na carreira do magistério. A assessoria jurídica argumenta que os 26,05% dos docentes estão garantidos por decisão judicial na 34ª Vara do Trabalho do

Rio. “Vamos comunicar o corte ao juiz da 10ª Vara Federal, para onde foi transferida a ação da Vara do Trabalho”, explicou a advogada Ana Luisa Palmisciano. A tentativa de suprimir o percentual dos docentes foi reforçada por uma decisão do ministro do STF, Alexandre de Moraes, no fim de setembro do ano passado. Moraes observou que a Justiça do Trabalho não teria competência para decidir assuntos que envolvam o Regime Jurídico Único dos servidores públicos federais. A assessoria jurídica da AdUFRJ

discorda, pois, quando a associação entrou com a ação, o RJU ainda não existia – a legislação só entrou em vigor em dezembro de 1990. Ana Luisa destaca que o STF, em nenhum momento, concedeu à AdUFRJ a oportunidade de se manifestar. “Foi retirado da AdUFRJ o direito de defesa, um direito básico”, disse. A assessoria entrou com uma solicitação no Supremo, em maio, para reverter a decisão do ministro e também enviou recurso para a reitoria sobre o parecer da Procuradoria Geral Federal. **(Kelvin Melo)**

# MUITOS ANOS DE

# VIDA, NUPEM

**Instituto** comemora 25 anos de existência na cidade de Macaé e foi o pilar inicial da interiorização da UFRJ no Norte Fluminense

SILVANA SÁ  
silvana@adufrrj.org.br

O Nupem completa 25 anos de uma trajetória que carrega todos os predicados de uma grande história: superação, desafios e ideais. Localizado no bairro de São José do Barreto, em Macaé, ele representa o início do processo de interiorização da universidade. O embrião começou a ser formado ainda nos anos 80, quando o professor Titular do Instituto, Francisco Esteves, que já realizava pesquisas em Macaé pela Universidade Federal de São Carlos, foi transferido para a UFRJ.

Acampados em barracas às margens das lagoas de Macaé, os pesquisadores ainda não sabiam, mas colocavam as primeiras pedras de fundação do futuro instituto. Em 1993, o então reitor Nelson Maculan assinou convênio entre a universidade e a prefeitura de Macaé, que cedeu um galpão para a instalação do que seria a primeira sede do Nupem. Em 1994, foi construído um pequeno prédio, batizado de Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé (Nupem).

Em 1996, pesquisadores da UFRJ elaboraram o primeiro plano de preservação da lagoa de Imboassica, hoje, um dos maiores patrimônios naturais do município. Assim, o Nupem começava a estender os resultados de suas pesquisas à sociedade, marca do instituto. “Nosso foco sempre foi fazer pesquisas que gerassem impacto social para a população de Macaé e

região”, conta o vice-diretor, professor Francisco Esteves.

Ao longo dos anos, a atuação da unidade passou a ser diversificada. A pluralidade das pesquisas levou à transformação do núcleo em instituto especializado do Centro de Ciências da Saúde. No ano passado, o Nupem foi rebatizado de Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade da UFRJ.

Para o professor Jackson Menezes, docente de Macaé desde 2008 e atual diretor da AdUFRJ, o instituto é exemplo de sucesso. “O Nupem virou um grande ponto de convergência em estudos de problemas sociais altamente complexos”, define.

O segredo para toda esta convergência é a estrutura integrada, defende. “Nossos laboratórios são integrados a vários saberes, a estrutura é compartilhada. Isto nos permite um contato muito mais estreito com diferentes áreas do conhecimento para investigar um mesmo problema”, argumenta o docente.

O diretor do Instituto, professor Rodrigo Fonseca, concorda. “Acredito que a ausência de departamentos, somada ao fato de focarmos em pesquisas voltadas aos grandes temas sociais, são aspectos que nos diferenciam”.

Outro ponto que Fonseca destaca como diferencial para que o Nupem tenha se transformado em um centro de excelência, é a valorização de seu corpo social. “Nossos técnicos têm pós-graduação. Os alunos são o tempo todo incentivados a também ensinarem. Não apostamos em hierarquias rígidas”, defende.

A atuação dos docentes em dedicação exclusiva, para o diretor,



**A EXCELÊNCIA QUE NASCEU EM BARRACAS** Instituto hoje é referência em ecologia e saúde



foi o que permitiu que a interiorização com o Nupem fosse um sucesso. “Todos os nossos professores são doutores com cursos de graduação da rede pública. Entretanto, o percentual de matrículas na rede privada é ainda maior, 75,4%, reflexo da presença majoritária de instituições particulares (88,2%) no nosso país.

Saiu do Nupem o argumento científico para a criação do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. Com quase 15 mil hectares, a área é a primeira do país a compreender exclusivamente o ecossistema de restinga. Hoje, o Nupem possui cinco programas de pós-graduação e os



FOTOS: ARQUIVO NUPEM

cursos de graduação em Ciências Biológicas (licenciatura e bacharelado). O instituto é referência nacional em monitoramento ambiental e é conveniado a instituições internacionais, como a Universidade de Stavanger, na Noruega. **(Colaborou Giulia Ventura)**

ENTREVISTA | FRANCISCO ESTEVES, PROFESSOR TITULAR E VICE-DIRETOR DO NUPEM

## “VALE A PENA BUSCAR ESTA UTOPIA”

SILVANA SÁ  
silvana@adufrrj.org.br

Pesquisador eminente em Ecologia e atual vice-diretor do Nupem, Francisco de Assis Esteves iniciou suas pesquisas em Macaé ainda em 1983. “Viajava dirigindo uma kombi azul com alunos, equipamentos de pesquisa e barracas. Eram 14 horas na estrada”, lembra o docente, dono do título de cidadão macaense. Além do Nupem, a UFRJ possui em Macaé o campus Aloísio Teixeira, onde ainda há uma série de lacunas de implantação, como relata Chico Esteves na entrevista a seguir:

■ **O senhor é um entusiasta da interiorização.**

● **Professor Chico Esteves:** Quando a universidade pública vai para o interior, ela promove o desenvolvimento da região. Assim aconteceu com Piracicaba, Londrina, São Carlos. Se a gente conseguir organizar o que já temos em Macaé, a UFRJ pode servir de modelo para outras universidades. Precisamos transformar todo aquele investimento que a universidade já fez em desenvolvimento.

■ **Enfrentou muita resistência?**

● **Enfrentei e ainda enfrento.** Mas conseguimos provar que é possível a universidade fazer interiorização com excelência no ensino, na pesquisa, na extensão. O NUPEM/UFRJ é nosso exemplo concreto. Ainda

há quem acredite que a UFRJ é uma universidade somente da capital. Isto é um grande equívoco. Temos compromisso com a construção da nação brasileira.

■ **O que diria para essas pessoas?**

● **Para aqueles que ainda têm dúvidas, posso dizer que o motor que nos move é ver e ouvir o relato de muitos brasileiros que lá estudam, quando, com lágrimas nos olhos, dizem que não poderiam estar na universidade pública e de qualidade se a UFRJ não estivesse lá presente. Só isso já vale todo nosso esforço.**

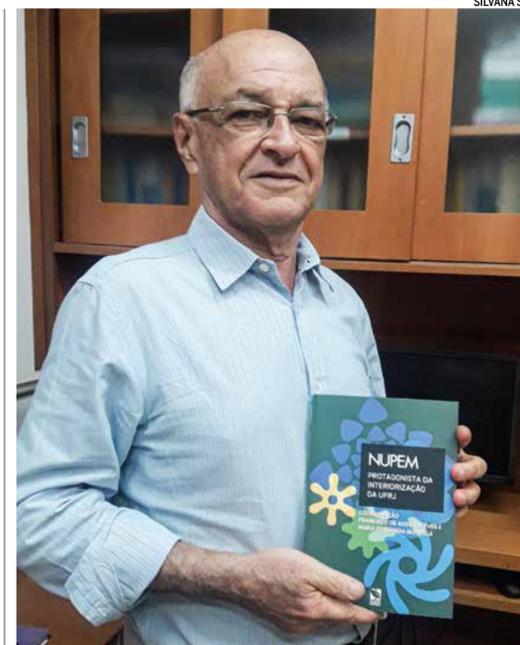
■ **Qual a principal lição da interiorização da UFRJ?**

● **De que valeu e está valendo a pena a busca por esta utopia.** Hoje realizamos pesquisas de excelência com compromisso

social para desenvolver a região e que impactam diretamente na vida das pessoas. Formamos excelentes quadros. Temos projetos de extensão com estudantes das escolas públicas, com professores da rede estadual. A universidade está atuante e plena na sua missão institucional de promover o bem estar dos cidadãos brasileiros que vivem em Macaé e região.

■ **Por que o Nupem é tão exitoso e o campus Aloísio Teixeira passa por tantos problemas, como a falta de professores?**

● **Houve dois problemas centrais: a gestão ficou aquém dos desafios que a implantação de um campus nos impõe. Haveria necessidade de termos um conjunto de professores da UFRJ experientes em interiorização. O outro problema é que a gran-**



CHICO ESTEVES organizou livro que conta a história do Instituto

deza do projeto exige mais presença da administração central nos novos campi. Nossa missão inegociável é criar em Macaé uma universidade nos padrões acadêmicos, que é a tradição da UFRJ, e não uma universidade que funcione como um colégio.

■ **Qual caminho seguir?**

● **Não há segredo. É só seguir o modelo exitoso do NUPEM/UFRJ, ou o modelo USP/Ribeirão Preto, da Federal de São Carlos, da Unicamp, da Federal do ABC. Há muitos exemplos. Por que não seguir um destes?**

## Artigo

CHRISTINE RUTA

Professora da Biologia, uma das fundadoras do Nupem e diretora da AdUFRJ



## DE MARIE CURIE A MERIANE, UMA HISTÓRIA DE VITÓRIA DA DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Até hoje apenas quatro cientistas receberam duas vezes o prêmio Nobel, a mais famosa premiação em ciência, entre eles uma mulher. Marie Skłodowska-Curie, ou como é mais conhecida Marie Curie, não somente foi a primeira pesquisadora nomeada para um Nobel, como também foi a primeira pessoa a receber dois prêmios e em duas disciplinas diferentes. Nascida em Varsóvia, a jovem Marie frequentou a secreta “Universidade Volante”, onde os cursos eram ministrados clandestinamente em resposta às proi-

bições na Polônia daquela época. Marie em sua eterna busca pelo conhecimento, sempre sonhou em ter um diploma universitário. Diante dos obstáculos em acessar a universidade em seu país, uma única solução se apresentava para Marie: partir. Em 1883, ela diplomou-se em física, na Sorbonne, em Paris, e o final da história já é bem conhecido...

A história da Marie Curie só é conhecida porque antes houve o esforço para se construir a “Universidade Volante”. No Brasil, também já tivemos nossa era de

universidades volantes e nossas Maries-Marias. Entre os anos de 2008 e 2018, observou-se um notório crescimento de 33,8% no número de matrículas em cursos de graduação da rede pública. Entretanto, o percentual de matrículas na rede privada é ainda maior, 75,4%, reflexo da presença majoritária de instituições particulares (88,2%) no nosso país.

A rede federal foi a única das categorias públicas que apresentou um aumento (89,7%) no número de matrículas nesse período, sendo o Programa de Reestru-

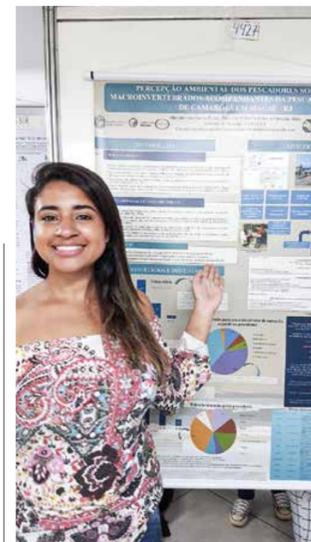
turação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) a principal política pública responsável por esse crescimento. Foi nesse contexto que surgiu o Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade e o Curso em Licenciatura em Ciências Biológicas. Foi a primeira experiência de interiorização da UFRJ, com uma identidade de pioneirismo e inovação.

Os primeiros docentes do Nupem chegaram entre os anos de 2006 e 2007, formando o grupo apelidado de “G13”: Alexandre de Azevedo, Ana Petry, André

Morandini, Angélica Soares, José Nepomuceno, Lísia Gestinari, Mario Schultz, Tatiana Konno, Fabio Di Dario, Heitor Duarte, Laura Weber, Pablo Gonçalves, além de mim mesma, que hoje estou no Instituto de Biologia no Fundão, participo de outros projetos acadêmicos, mas levo o Nupem no Lattes e no coração como uma experiência formadora inquecível.

Nossos laços do G13 tiveram como amálgama o acolhimento carinhoso do Prof. Francisco de Assis Esteves, o Chico, que foi o mentor deste importante passo na expansão, democratização e interiorização da nossa Universidade.

Juntos, esses docentes vivenciaram uma experiência indescritível que foi a implantação das bases do trinômio ensino-pesquisa-extensão em uma instituição fora da capital. E no caso, base tem um significado bastante literal: os do-



MERIANE DE PAULA

estudante do Nupem é a primeira mestre de sua família. Bisneta de quilombolas de Quissamã, ela não precisou deixar sua cidade natal para realizar o sonho de cursar uma universidade

da e interdisciplinar, sempre tendo como norteador a simbiose com a sociedade do Norte Fluminense.

Apesar do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que rege as universidades, na prática é muito difícil a integração acadêmica entre as diferentes áreas. As características do Nupem sempre foram naturalmente propícias ao surgimento de ações integradas. Um exemplo é a criação em 2009 da Semana de Integração Acadêmica em Macaé, que inspiraria a UFRJ a criar em 2010 a sua própria SIA. Outro exemplo notável é a atuação dos alunos da Pós em Ciências Ambientais e Conservação em ações de gestão e sustentabilidade inspiradas nos ambientes naturais que tiveram impacto na política regional.

Foi nesse habitat que surgiu uma de nossas Maries, a Meriane dos Santos de Paula. Filha de vigilante, neta de planta-

dor de cana e bisneta de quilombolas de Quissamã, que se tornou orgulhosamente a primeira mestre da sua família simples e guerreira. Foi essa versão tropical goytacá de nossa “Universidade Volante” que abriu as portas para centenas de jovens realizarem o sonho semelhante ao de Marie Curie sem terem que “partir” de seu país. “O Nupem me deu a oportunidade de ter acesso a um conhecimento e formação que seriam inviáveis de serem custeados com recursos próprios na capital”, resume a mestre Meriane.

Histórias como essas são comuns no Nupem, que teve seu início marcado pelas viagens de Kombi e os acampamentos do Chico e de seus alunos motivados em pesquisar os ecossistemas costeiros da região, como uma universidade volante goytacá, legal, mas igualmente precária, que se transformou e vem formando muitas maries brasileiras.



# SAMIRA MESQUITA: FIRMEZA COM DOÇURA

O Jornal da AdUFRJ inaugura, nesta edição, uma seção para homenagear professores que foram grandes referências na universidade. Quem abre o espaço é a professora Samira Mesquita (1926-1994), da Faculdade de Letras, primeira decana do Centro de Letras e Artes.

KELVIN MELO  
kelvin@adufrrj.org.br

“**S**amira é e não é. Nenhuma falta ela nos faz, porque está presente desde que se foi. É uma figura no espaço como um quadro que não está na parede”. Assim o ex-diretor da Faculdade de Letras, professor Edwaldo Cafezeiro, descreveu a colega Samira Nahid Mesquita, após seu falecimento. O discurso inspirou a obra a céu aberto localizada na Cidade Universitária para homenagear aquela que foi a primeira decana do Centro de Letras e Artes, entre 1985 e 1989.

Mas Samira foi bem mais que a pioneira na administração de um centro da UFRJ. Professora emérita, especialista em literatura brasileira, Cidadã da Poesia – título outorgado pela Associação de Cordelistas, em 1983 –, a docente reuniu admiradores por onde passou pela firmeza de suas posições, sempre apresentadas com serenidade, e a disposição em escutar o outro.

“Era muito democrática. Tinha um respeito enorme por todos. Se a moça que servia o cafezinho quisesse dar palpite, ela ouvia”, afirma Georgina Martins, que trabalhou com Samira na decania do CLA. Anna Maria de Castro, professora do IFCS, reforça o argumento: “Ela sempre foi uma pessoa de diálogo, de personalidade muito forte, mas fazia isso com toda gentileza”. Samira também foi fonte de inspiração para a presidente da AdUFRJ e professora da Faculdade de Letras, Eleonora Ziller: “Aprendi tanto com o exemplo político de Samira que dediquei meu discurso de posse para ela”.

Georgina observa que Samira publicou um livro (“O Enredo”, em 1986) usado até hoje para estudar narrativa. Mas destaca que ela “era de um tempo em que o professor estava mais interessado em dar aula do que publicar artigos”.

Talvez pela influência dos mestres que teve, como Manuel Bandeira, Alceu Amoroso Lima, Eduardo Portela ou Cleonice Berardinelli, fazia isso tão bem que se tornou paraninfa ou patrona de várias



LEDDA DAU, Samira e Cristina Riche



**HOMENAGEM:** obra entre o CT e a reitoria foi inaugurada em outubro de 2010, na praça também batizada com o nome de Samira

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL DE CRISTINA RICHE



**SAMIRA** com os docentes Carlos Tannus, Jorge Máximo e Alexandre Cardoso, em 1987

turmas ao longo da carreira (63, 66, 72, 73, 78, 83), informa outra técnica-administrativa que trabalhou com Samira na decania do CLA, Meri Cristina Toledo. “As aulas da Samira eram de fazer qualquer um babar. Ela sabia falar. Parecia que estava lendo. Conhecia o assunto e os autores”, confirma o professor Edwaldo Cafezeiro.

João Batista Vargens, professor do Setor de Estudos Árabes, teve experiência diferente: deu aulas para Samira por alguns períodos. Na condição de ouvinte, a filha de libaneses queria aperfeiçoar o domínio da escrita estrangeira. E João lembra algo que dizia à antiga aluna e colega: “Em árabe, a raiz da palavra ‘adab’ quer dizer pessoa educada e quer dizer também literatura. Ela conjugava bem os dois significados”.

Hoje ouvidora da UFRJ e também de ascendência libanesa, a professora Cris-

tina Riche foi companheira de estudos de Samira nas aulas de árabe. E com ela criou uma intensa amizade. “Eu brincava que Samira era a Sherazade da literatura brasileira”. No clássico das Mil e uma Noites, Sherazade transforma o comportamento de um rei cruel, contando histórias cativantes. Para a ouvidora, Samira era semelhante por abraçar a literatura como instrumento de emancipação. “Ela aceitou participar da administração da universidade por entender que aquele era um espaço fundamental para promover a cultura, a literatura, a área de humanas, a área de letras e artes, interna e externamente à Universidade”, avalia Cristina.

Quando foi eleito vice-reitor de Horácio Macedo (naquela época, as eleições eram separadas) em 1986, o professor Alexandre Cardoso conheceu Samira no Conselho Universitário, onde os decanos são

conselheiros. E se impressionou com o empenho da docente em levar a literatura para outros espaços da universidade, como o Centro de Tecnologia.

Cardoso acompanhou a luta de Samira contra o câncer que a vitimou: “Não se entregou. Foi uma batalha. Caía o cabelo, ela botava o lenço na cabeça e ia dar aula”. O docente recorda que, na inauguração do memorial do Fundão, após todos os discursos elogiosos para a homenageada, o filho de Samira, o cantor e ator Evandro Mesquita, tomou a palavra pra agradecer e disse, emocionado: “Imaginem tudo isso que vocês falaram dessa pessoa e eu poder chamá-la de mãe”.

Cristina Riche conclui que todas as homenagens para Samira são merecidas e necessárias: “Festejar Samira é festejar a vida. É festejar a universidade que produz um conhecimento libertador. Ela queria promover a integração dos saberes, e não deixar que ficassem em ‘caixinhas’. Ela sabia que isto envolvia certa utopia e, ao mesmo tempo, uma forma de resistência. Por isso, tinha tanto a dizer”.



COM CELSO CUNHA, em 1987